RELATÓRIO

DE ATIVIDADES 2018

NÚCLEO
SOCIOAMBIENTAL
TJMA sustentável

Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Presidente
Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa
Vice-Presidente
Desembargador Marcelo Carvalho Silva
Corregedor-Geral da Justiça

TRIBUNAL PLENO

Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo
Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Desembargadora Cleonice Silva Freire
Desembargador Antonio Pacheco Guerreiro Júnior
Desembargador Cleones Carvalho Cunha
Desembargadora Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa
Desembargadora Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz
Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira
Desembargador Jaime Ferreira de Araujo
Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues
Desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho
Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida
Desembargador Vicente de Paula Gomes de Castro
Desembargador Kleber Costa Carvalho
Desembargador Raimundo José Barros de Sousa
Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe
Desembargador Marcelino Chaves Everton
Desembargadora Angela Maria Moraes Salazar
Desembargador João Santana Sousa
Desembargador José de Ribamar Castro
Desembargador Tyrone José Silva
Desembargador Luiz Gonzaga Almeida Filho
Desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos
Desembargador Josemar Lopes Santos

Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf
Presidente da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

Núcleo Socioambiental
Joelma Nascimento
Jaciara Silva
Roseline Araújo

Arte e Diagramação
Tiago Erre

NÚCLEO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

O Núcleo de Gestão Socioambiental foi instituído pelo TJMA, de acordo com a Resolução 50/2016 e Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As atividades do Núcleo buscam articular, potencializar e implantar iniciativas voltadas para a sustentabilidade no Judiciário maranhense, em parceria com setores estratégicos, como Diretorias de Recursos Humanos, Administrativa, Financeira, Engenharia e Informática. As ações são norteadas pelo Plano de Logística Sustentável (PLS), que tem como presidente da Comissão Gestora, o desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf.

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

O Núcleo Socioambiental realizou o Programa de Qualidade de Vida em parceria com a Diretoria de Recursos Humanos, cujo atendimento foi realizado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), por meio de convênio assinado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a UFMA. Foram atendidos cerca de 1.500 servidores, com cerca de 7 mil procedimentos nas áreas de Fisioterapia, Medicina, Psicologia, Nutrição e Educação Física.

Os atendimentos aconteceram nos Fóruns de Pinheiro (Comarcas de Pinheiro, Santa Helena, São Bento, Bequimão) e Cururupu (Cururupu, Bacuri, Mirinzal e Cedral), nos dias 4 e 5 de julho; Comarcas de Timon e Caxias, nos dias 22 e 23 de agosto; Fóruns de Bacabal (Comarcas de Bacabal, Olho D'Água das Cunhãs, Lago da Pedra) e Santa Inês (Comarca de Santa Inês, Pindaré-Mirim, Bom Jardim e Santa Luzia), nos dias 12 e 13 de setembro; Fórum de Codó (Comarcas de Codó, Coroatá, Timbiras) e Pedreiras (Comarcas de Pedreiras, Joselândia e Poção de Pedras), nos dias 3 e 4 de outubro; Comarcas de Imperatriz e Açailândia nos dias 7 e 8 de novembro; Anexo V – Alemanha no dia 23 de novembro.

Em alusão ao Dia do Servidor Público Estadual (28 de outubro), o Tribunal de Justiça do Maranhão - por meio da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) - promoveu a 1ª Feira da Saúde da Família Judiciária. Durante a programação foram realizados atendimentos de nutrição e fisioterapia, bem como aferição de pressão arterial, teste de glicemia e risco cardiovascular. Também foram realizadas orientações sobre higiene bucal e disponibilizados serviços e produtos de empresas parceiras dos segmentos de alimentação saudável, esportes, estética e beleza.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Nos dias 9 de novembro e de 17 a 20 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Maranhão em parceria com a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) realizou a campanha para troca de lâmpadas comuns por led. A campanha foi coordenada pelo Núcleo de Gestão Socioambiental. Na primeira edição foram atendidos 236 servidores e jurisdicionados, possibilitando a troca gratuita de 467 lâmpadas. Na segunda etapa houve o atendimento de 185 servidores e jurisdicionados, com a troca de 996 lâmpadas.

O Projeto de eficiência energética executado no Centro Administrativo pela Cemar, por meio da troca de 1.300 lâmpadas comuns por led, sem custos para o Poder Judiciário do Maranhão, foi outra iniciativa realizada pelo Núcleo Socioambiental.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Efetivação da gestão de resíduos em quatro unidades judiciais de São Luís (TJMA, CGJ, Centro Administrativo e Fórum), além da realização de projeto-piloto na Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM), nos termos judiciários da comarca da Ilha de São Luís (Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar), ainda nas comarcas de Timon e Imperatriz.

Em agosto de 2018 foi elaborado um projeto-piloto para implantar a coleta de resíduos nos setores de trabalho do Centro Administrativo, com a retirada dos coletores de cada mesa, deixando apenas a quantidade necessária para separação de resíduos secos e rejeitos. A implantação iniciará no primeiro semestre de 2019.

Doação de bens – Ainda sobre a gestão de resíduos, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, realizou a entrega, pelo TJMA, de 527 bens entre equipamentos de informática, móveis e eletrodomésticos à organizações da sociedade civil e instituições públicas, garantindo a efetivação de ações de responsabilidade social e sustentabilidade. A doação é feita de forma ambientalmente adequada, beneficiando outras

organizações. Destes bens, 45 computadores completos (monitor e CPU) foram doados à Fundação da Criança e do Adolescente do Maranhão (FUNAC).

Com a política de gestão de resíduos do TJMA, as empresas contratadas para receber resíduos de saúde e toners/cartuchos, passaram a emitir, em 2018, a certificação da destinação ambientalmente adequada.

Suspensão da incineração - Em outubro de 2018, o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, determinou a suspensão do procedimento de incineração de processos físicos de competência dos Juizados Especiais Cíveis, que contrariava a política de gestão de resíduos do Poder Judiciário.

Com a ampliação do descarte ambientalmente adequado, o Poder Judiciário Maranhense deixou de descartar no meio ambiente, cerca de 31,5 toneladas de resíduos sólidos e 1.322 unidades de toneres e cartuchos. Além de 48 quilos de medicamentos e 200 quilos de pilhas/baterias, cuja coleta é destinada para servidores e magistrados como forma de incentivar o descarte adequado dos resíduos.

INSUMOS E MATERIAIS

Em julho de 2018, o TJMA passou a distribuir kits ergonômicos sustentáveis feitos de material reciclado, sendo eles apoio de punho, apoio de lombar, apoio de pé, mouse pad e suporte de monitor feitos de garrafas pet. Além desses acessórios, o Tribunal ainda adquiriu copos, canecas e xícaras ecológicas, copos de papel. Além da adoção de política reversa dos toners inservíveis.

Em outubro de 2018, o TJMA enviou o Termo de Referência para sua participação na compra compartilhada de papel A4, que será realizada pelos órgãos que fazem parte da Ecoliga – Sustentabilidade no Setor Público Maranhense.

Rotas inteligentes

As Rotas Inteligentes compreendem um estudo logístico de distribuição bimestral de material de consumo às comarcas do interior, que organiza as entregas em percursos mais eficientes, gerando economia na substituição dos serviços dos Correios ao substituir as postagens pelo transporte dos materiais em veículo próprio.

No ano de 2018 foram realizadas 30 rotas inteligentes de entrega de material de consumo, totalizando 13.929 volumes entregues. Verificou-se que a economia líquida acumulada com as rotas inteligentes neste intervalo alcançou R$ 441.936,38, confirmando a viabilidade da manutenção da atividade.

Foram incluídas mais seis novas comarcas (Pastos Bons, Santa Quitéria, São Bernardo, Monção, Vitorino Freire e Urbano Santos) nas referidas rotas, ampliando para 77 comarcas atendidas em veículo próprio, incluindo-se as da Grande São Luís (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa).

Almoxarifados satélites

O projeto de implantação de almoxarifados satélites iniciou em 2016 nas comarcas do interior, que só contavam com o almoxarifado da comarca de Imperatriz. Já foram implantados mais 10 almoxarifados satélites, a exemplo de Açailândia, Balsas, Caxias, Codó, Pedreiras, Santa Inês. Em 2018 houve a instalação de mais quatro almoxarifados satélites: Bacabal, Pinheiro, Timon e São José de Ribamar, que completaram a implantação nas maiores comarcas do Maranhão.

De acordo com a Coordenadoria de Material e Patrimônio, o estabelecimento desses quatro últimos almoxarifados, haverá uma redução anual aproximada de 246 requisições de material de consumo, contribuindo para uma melhor avaliação dos materiais a serem distribuídos, redução do custo operacional de distribuição e disponibilização de um ponto de apoio para Comarcas que ficam distantes de São Luís, facilitando o acesso das unidades jurisdicionais aos materiais de consumo em um curto espaço de tempo.

Compras e contratações sustentáveis (substituição da Licitação presencial pelo formato eletrônico)

Foram totalizadas em 2018, 78 licitações no formato eletrônico, com significativa economicidade naquelas homologadas. A economia gerada atingiu a marca de aproximadamente R$ 24.663.559,47.

SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Nos dias 5 e 6 de março, o Núcleo realizou em parceria com a Esmam, a Oficina – Revisão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Maranhão, com carga horária de 16h, para magistrados e servidores lotados nas áreas envolvidas com o planejamento, execução e monitoramento do Plano de Logística Sustentável do Tribunal. O objetivo geral da oficinal foi analisar as possíveis melhorias a serem implantadas no Plano de Logística Sustentável do TJMA, a partir do fomento à reflexão e conhecimento sobre boas práticas adotadas por outros tribunais, de acordo com a Resolução nº 201/15 do CNJ.Em maio foi organizado pelo Núcleo de Gestão Socioambiental em parceria com a Diretoria Administrativa, treinamento com os funcionários terceirizados da empresa Gestor, que foi ministrado pela empresa. No conteúdo programático os participantes tiveram acesso a informações sobre reciclagem de resíduos, uso eficiente e racional de materiais, água e energia, legislações específicas,

além de outras medidas que possam melhorar a rotina de trabalho e efetivar a Política de Gestão Socioambiental do TJMA. O treinamento ocorreu em dois turnos, nos dias 18 e 25 de maio, com a capacitação de 422 terceirizados, que receberam certificados emitidos pela empresa.

Ainda em maio, ocorreu o Curso "Governança e Gestão das Compras Públicas", promovido pelo Núcleo Socioambiental em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Teve como público-alvo os servidores dos setores que atuam nas áreas de aquisição de bens e serviços públicos, com o objetivo de inserir na política de compras do Tribunal, critérios de sustentabilidade já estabelecidos na legislação brasileira. Esta demanda capacitou 30 servidores.

Em julho foi promovido pelo Núcleo de Gestão Socioambiental em parceria com a Diretoria de Segurança Institucional um encontro com 150 policiais militares, a fim de ressaltar a importância do envolvimento de todo corpo funcional sobre a Política de Sustentabilidade do Tribunal. Sendo destacado o papel primordial dos militares, no trabalho de sensibilização junto a servidores e jurisdicionados acerca da Política de Sustentabilidade, por estarem presentes 24h nas unidades judiciais.

Na Semana do Meio Ambiente de 2018 aconteceu a campanha "Destralhe – mais sustentabilidade e menos desperdício", para incentivar o uso racional e inteligente dos materiais de expediente e permanentes por servidores e magistrados. Na campanha, as comarcas e setores do Tribunal de Justiça do Maranhão descartaram e devolveram materiais de expediente, informática e permanente. De acordo com a Divisão de Material e Patrimônio foram recebidos das comarcas de Caxias, Balsas e Pinheiro, 67 toners novos, no valor estimado em R$ 20 mil reais, que foram redistribuídos aos setores que precisavam dos materiais. Na sede da Corregedoria Geral da Justiça, a coleta e separação da campanha do "Destralhe" também disponibilizou para recolhimento nobreak, scanner, fax, gaveteiro e impressoras, entre outros.

Coleta seletiva solidária, separação dos resíduos secos e úmidos e uso racional de materiais são ações desenvolvidas na comarca de Timon, por meio do projeto "Fórum Verde", que é desenvolvido há quatro anos. A iniciativa da Diretoria do Fórum busca estimular servidores, magistrados e jurisdicionados a adotarem práticas sustentáveis. Uma das medidas para economia de papel é a impressão frente e verso. A substituição dos copos descartáveis pelas canecas e xícaras de fibra de coco distribuídas pelo Tribunal de Justiça também faz parte da rotina da unidade. Foi implantado, ainda,

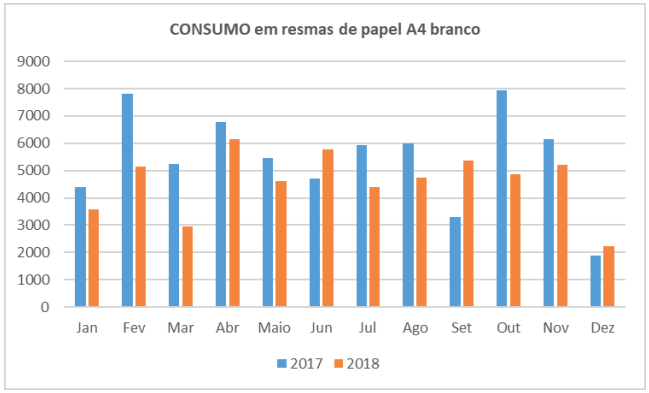
um jardim suspenso no estacionamento interno do Fórum e revitalizado o jardim externo, inclusive com o plantio de quatro mudas de Ipê. Para incentivar a prática da sustentabilidade e proporcionar mais conforto aos jurisdicionados, a Diretoria do Fórum conseguiu com a APAC de Timon a doação de duas poltronas feitas de pneus usados, que foram instaladas na entrada do prédio.

LEVANTAMENTO DE CONSUMO

Apresentamos um breve comparativo gráfico, que evidencia os resultados ligados ao consumo de **papel não reciclado próprio, telefonia fixa e móvel, energia elétrica, água e esgoto, correspondências, veículos e combustível**.

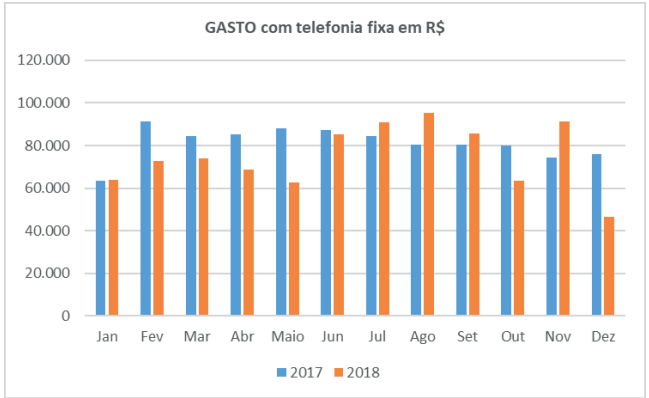
Consumo com papel não reciclado próprio

A implantação do Sistema PJE aliada ao processo de sensibilização e racionalização da distribuição de papel A4 fomentou a redução de 16% no ano de 2018, possibilitando economia de mais de 100 mil reais ao erário.

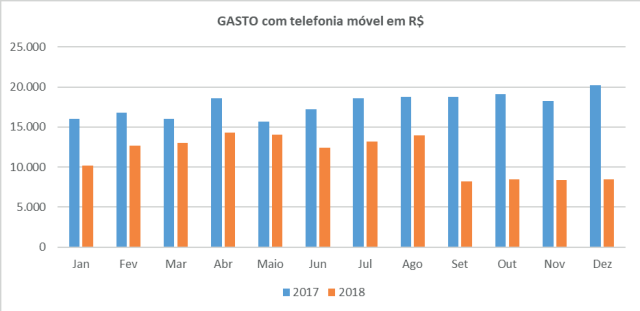


Gasto com telefonia fixa

Conseguiu-se reduzir em 2018, 7,7% o gasto com telefonia fixa, perfazendo uma economia de mais de 75 mil reais. Isso se deve ao TJMA deixar de usar 15% das linhas que foram classificadas como linhas em desuso, além da instalação de centrais telefônicas em algumas comarcas do Estado.

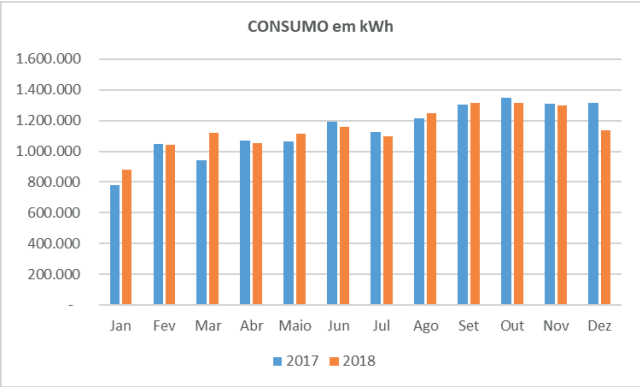


As despesas com telefonia móvel do Poder Judiciário do Estado do Maranhão teve redução de 35,8% em 2018, comparado a 2017. Em 2018, o TJMA transferiu os serviços de telefonia móvel para outra operadora que praticava preços mais vantajosos que a empresa anterior. Ainda justifica-se, em parte, pela diminuição da quantidade de linhas contratadas, além de os usuários dessas linhas adotarem uso racional, de forma que não foi registrado em nenhum dos meses de 2018 qualquer fatura superior ao limite individual de R$ 300,00 (trezentos reais), fixado pela Resolução nº 19/2008.



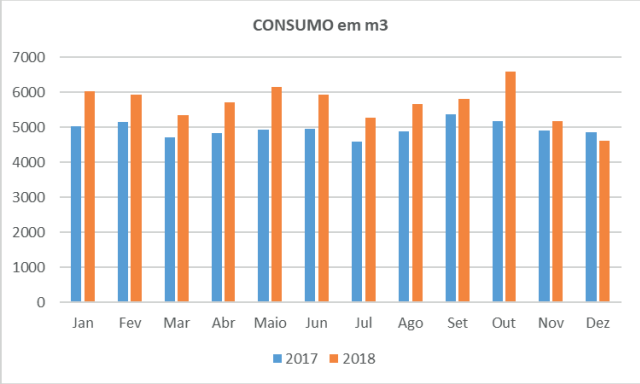
Consumo de Energia Elétrica

Houve aumento do consumo de 0,5%, em 2018, comparado a 2017. Com relação a valores, foi apresentado um aumento no valor final de mais de 500 mil reais. Isso se deve não somente ao aumento de consumo por ampliação de fóruns, mas sobretudo a incidência de bandeira vermelha.



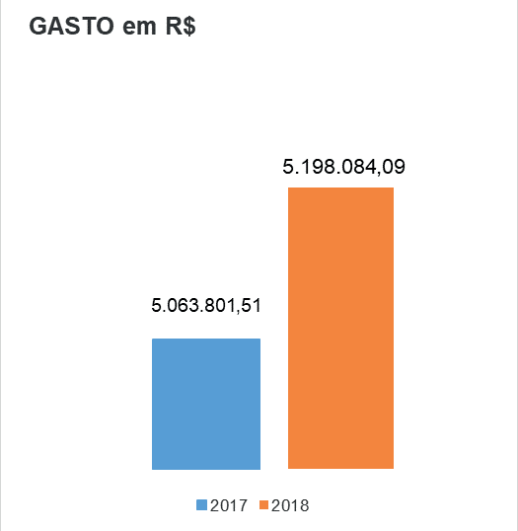
Consumo de Água e Esgoto

O consumo de água teve aumento de 14,8% de 2017 para 2018. Resultado da implantação de registro em comarcas que era cobrada por área e aumento de consumo por conta de ampliação no tamanho de fóruns. Em relação ao gasto, houve redução de quase R$ R$ 78.000,00, porque em algumas comarcas era cobrado por área e, após instalação dos registros, passou-se a cobrar o consumo.



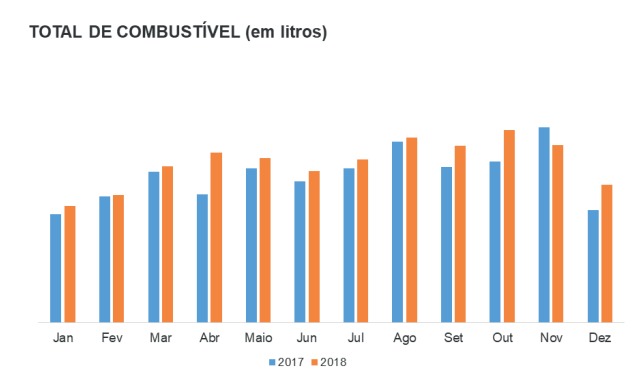
Gasto com correspondências

Houve reajuste em torno de 8% no contrato com os Correios no ano de 2018, o que influenciou no aumento do gasto com o serviço. Para reduzir os custos, uma das medidas do TJMA foi a implantação das rotas inteligentes por meio da Coordenadoria de Material e Patrimônio (Divisão de Material), que consiste na distribuição bimestral de material de consumo às comarcas do interior. Entretanto, a economia alcançada com essa medida foi absorvida pelo reajuste das tarifas dos Correios.



Consumo de Combustível

O TJMA adotou medidas para reduzir o consumo de combustível, diminuindo o uso de gasolina em 4,4% e do álcool em 45%. No entanto, houve aumento no consumo de diesel, que refletiu no total dos combustíveis, em decorrência da aquisição de 24 veículos movidos a diesel.



RESPONSABILIDADE SOCIAL - JUDICIÁRIO MARANHENSE

Casamentos comunitários

O projeto agrega a responsabilidade social às ações do Judiciário maranhense, a partir da união de casais que, em sua maioria já são casados de fato, com filhos, mas que necessitam do reconhecimento oficial do Estado para obtenção de garantias e direitos, de proteção legal para fins de herança, previdência social, impondo ainda deveres mútuos como a fidelidade, assistência, sustento, guarda e educação dos filhos.Em 2018, 4.703 casais participaram das edições dos casamentos comunitários realizados no Estado do Maranhão.

Casa Abrigo

A Casa Abrigo configura-se como um serviço de alta complexidade, sigiloso, e que acolhe, por período determinado, mulheres em situação de violência doméstica e familiar sob risco de morte, acompanhadas ou não se seus filhos (as). Os principais objetivos do serviço são garantir a integridade física e emocional das mulheres, auxiliar no processo de reorganização de vida e no resgate de sua autoestima.

Por meio de equipe multidisciplinar, a Casa Abrigo dispõe dos atendimentos social, pedagógico, psicológico, jurídico e de saúde.

No ano de 2018, foram atendidas 45 mulheres e 69 crianças, tendo como práticas o incentivo à formação e capacitação profissional das mulheres acolhidas, através da realização de oficinas profissionalizantes no abrigo e, acompanhamento da mulher no pós-abrigamento, garantindo a referência e a contrarreferência aos serviços.

Programa de Descontos e Vantagens

O "Programa de Descontos e Vantagens" do TJMA, regulamentado pela Resolução GP nº 58/2016, busca estabelecer parcerias com empresas privadas e profissionais liberais nos mais diversos ramos de atuação, na perspectiva de garantir e promover descontos especiais na aquisição de produtos e serviços pelos servidores ativos (efetivos e comissionados), inativos, pensionistas e seus dependentes.

O programa visa promover aos servidores e seus dependentes a possibilidade de desfrutar de produtos e serviços com valores acessíveis a sua realidade, promovendo direta e indiretamente satisfação pessoal.

Atualmente, o "Programa de Descontos e Vantagens" do TJMA conta com 121 parceiros nos segmentos de Alimentação, Automóveis, Comércio Eletrônico, Educação, Entretenimento e Lazer, Utilidades, Saúde, Beleza e Seguros.

Programa Meritus

O Programa de Valorização dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão foi instituído por meio da Resolução GP nº 60/2017, de 22 de 11/2017, e atualizado por meio da Resolução GP nº 57/2018, constitui-se num sistema de incentivos e recompensas para impulsionar o servidor a ser reconhecido pelo mérito de suas ações no ambiente de trabalho. Na 1ª edição do Programa Meritus, através dos Editais nº 9/2018 e 11/2018, 82 servidores se inscreveram, sendo 36 servidores cadastrados no sistema de Meritocracia com acúmulo dos créditos meritórios, e desses, 4 servidores resgataram os créditos meritórios em troca de benefícios.

Teletrabalho

Tendo em vista a Resolução CNJ nº 227, de 15 de junho de 2016, que regulamentou normas gerais sobre o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão implementou-o através da RESOL-GP-292017.

São diversas as vantagens e benefícios, diretos e indiretos, resultantes do teletrabalho para a Administração, para o servidor e para a sociedade. Podendo-se destacar a flexibilidade da jornada de trabalho, a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores, como também, aumento da produtividade. Atualmente, encontram-se em regime de teletrabalho, 52 servidores.

Casa da Criança

Com 20 anos de funcionamento, a casa destina seus trabalhos à assistência de crianças vítimas de abandono e maus-tratos, desenvolvendo atividades de acompanhamento e acolhimento. Faz parte dos projetos especiais e sociais desenvolvidos pelo Judiciário por meio da Fundação da Cidadania e Justiça.

A Casa da Criança recebeu 37 crianças para acolhimento, em 2018. O Cadastro Nacional de Adoção possibilitou a adoção de 8 crianças. E, após minucioso estudo de caso e decisão judicial, 8 retornaram ao convívio familiar.

As crianças passaram a contar com uma van para o transporte de meninas e meninos abrigados. O veículo foi doado pelo Ministério Público do Trabalho, que se mostrou um grande parceiro do Poder Judiciário.

Buscando a eficácia e eficiência no serviço de acolhimento, em 2018, a Casa da Criança realizou cursos de capacitação para cuidadoras terceirizadas. Foram ainda realizadas parcerias com a Escola de Governo do Estado do Maranhão e Rede da Secretária de Estado da Saúde. Houve também a Modernização e adequação dos espaços da Casa da Criança e inauguração da sala de audiências concentradas, além de salas das oficinas de corte e costura, artesanato, informática, onde serão ministrados cursos profissionalizantes.